



Declaração política

Defender a Autonomia, preservar a unidade dos Açores

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo

Os Açores são Portugal. Nunca foram outra coisa. Outras zonas do país pertenceram ao reino de Leão ou integraram o Califado de Córdoba ou o império Almorávida. Outras zonas deste país foram províncias do Império Romano ou integraram os reinos Suevo e Visigodo. Muitas terras de Portugal continental foram muitas coisas antes de serem Portugal. Nós, nos Açores, nunca fomos outra coisa: sempre fomos Portugal.

Aqui nunca ondudou outra bandeira, nem mesmo nos tempos da União Ibérica que juntou os reinos de Portugal, Castela e Aragão. Os Açores sempre foram Portugal.

Aqui se resistiu à hegemonia castelhana quando todos os outros claudicaram. Daqui partiram os navios que restabeleceram a liberdade e o liberalismo em Portugal. Foi aqui que se urdiram muitos dos planos de combate ao Estado Novo.

Sim, aqui sempre foi Portugal. Aqui a centelha da liberdade nunca se apagou, mesmo nas noites longas da opressão, quando a escuridão, a negritude e as trevas da tirania se juntaram às brumas que marcam a nossa existência.

Sim, aqui sempre foi Portugal. Mesmo quando Portugal foi a pátria madrasta perdida nas florestas da Amazónia, nas especiarias da Índia, nos cavalos de Ormuz e nas porcelanas chinesas. Durante muito tempo, demasiado tempo, fomos uma espécie de tribo perdida de Israel, esquecidos por tudo e por todos.

E quando os fumos do império se dissiparam seis séculos depois, Portugal só não passou a terminar no Terreiro do Paço porque aqui, muito para além do horizonte tacanho de quem não logra ver mais que o estuário do Tejo, continuou a ondular a gloriosa bandeira das cinco



GRUPO PARLAMENTAR

quinas. Não fosse isso, e a grandiosidade do mar dos Açores, Portugal estaria hoje confinado aos seus estreitos limites medievais.

A Autonomia de 1976 chegou com séculos de atraso e não apaga os tempos longos de esquecimento e ingratidão por tudo o que os Açores significaram para este país ao longo de tanto tempo. Somos os fiéis depositários de uma dívida acumulada ao longo de muitas gerações de açorianos. Mas nunca se exigiu outra coisa que começar de novo e desta vez de forma justa. Esquecer o esquecimento. Respeitar a autonomia das nossas decisões no quadro da soberania nacional. Fazer um grande Portugal Atlântico, que dê perenidade ao nosso projeto nacional.

O nosso pacto, o pacto do Portugal democrático e autonómico, significa que, nos termos da Constituição, os órgãos de soberania do país devem trabalhar, ombro com ombro, com os órgãos de governo próprio dos Açores para servir o povo dos Açores. Para servir, em suma, Portugal. Porque servir os Açores é servir Portugal.

Meus Senhores!

Sempre existiu, no poder em Lisboa, gente que não percebe as autonomias e a importância fulcral que elas têm para a unidade do país e para a defesa dos vastos interesses da nação portuguesa no Atlântico. Sempre existiu, é um facto. Não o nego.

Mas é do presente que temos de falar. O que António Costa e o seu Governo estão a fazer aos Açores constitui uma humilhação gratuita ao povo dos Açores.

Nasci português e vou morrer português, mas sinto-me envergonhado pela forma como o Governo do meu país está a tratar os Açores e o seu povo. Por mediocridade de propósitos, por falta de sentido de Estado e por falta de dimensão política de António Costa para ser Primeiro-Ministro de uma nação tão antiga como Portugal.

O propósito é asfixiar financeiramente um Governo de uma cor política diferente. O propósito é servir interesses partidários tacanhos em detrimento dos interesses dos Açores e de Portugal. Sim, porque os interesses de Portugal e dos Açores são indissociáveis.

Matar a Universidade dos Açores serve os interesses de Portugal? Não, não serve. A Portugal e aos Açores interessa ter um grande centro de conhecimento numa zona do território que representa muito do futuro deste país.



GRUPO PARLAMENTAR

Persistir em manter nos Açores uma prisão com condições abjetas, que embrutece os homens e lhes retira todas as condições de preservação da sua dignidade e humanidade, serve os interesses de Portugal e dos Açores? Não, não serve. Envergonha as nossas consciências. Faz de todos nós cúmplices da mais abjeta barbárie e um alvo de desprezo de todos os que neste mundo lutam pelos direitos humanos.

O atraso no pagamento à SATA das Obrigações de Serviço Público relacionadas com as ilhas do Pico, Santa Maria, Faial e ainda as ligações entre os Açores e o Funchal, no quadro da coesão nacional, é admissível? Isto quando se sabe as tremendas dificuldades que a empresa está a enfrentar? Não, não é admissível. É um ato premeditado e vergonhoso de quem quer prejudicar o Governo dos Açores, mas que ataca os interesses de Portugal e do povo dos Açores.

E o que dizer da cobardia que significa abandonar a ilha das Flores num dos piores momentos da sua História, quando tem o seu porto destruído e tem de enfrentar invernos tempestuosos. Não, não é admissível. A deserção do Governo de Portugal neste assunto constitui uma deslealdade que perdurará nos anais da História.

A exclusão dos Açores, no âmbito dos apoios extraordinários ao poder local, aos empresários açorianos ou à agricultura, são indecorosos para qualquer português. Os textos da exclusão, definindo que Portugal acaba no litoral peninsular, constituem uma traição.

Nunca, como hoje, depois de mais de 30 anos de atividade política, me pareceu legítimo citar Martin Luther King. Cometer esse sacrilégio. Hoje vou aqui pronunciar, pela primeira vez, essas sagradas palavras contra a segregação. Sim, porque é de segregação, da segregação do Povo Açoriano, que se trata.

“Eu tenho um sonho que um dia todos os vales serão elevados, todas as montanhas e encostas serão niveladas; os lugares mais acidentados se tornarão planícies e os lugares tortuosos se tornarão retos e a glória do Senhor será revelada. E todos os seres a verão conjuntamente”.

Essa é a nossa esperança. Essa é a fé com a qual eu regresso. Com essa fé nós poderemos esculpir na montanha do desespero uma pedra de esperança. Com essa fé poderemos transformar as dissonantes discórdias do nosso país numa linda sinfonia de fraternidade.



GRUPO PARLAMENTAR

Com essa fé poderemos trabalhar juntos, rezar juntos, lutar juntos, ser presos juntos, defender a liberdade juntos, sabendo que um dia haveremos de ser livres”.

Esse é também o meu sonho. Que no poder em Lisboa se sente um dia um Governo que respeite o povo dos Açores. Que não o queira separar e segregar do resto da nação portuguesa.

Sim, porque nós, nos Açores, nunca fomos outra coisa: sempre fomos Portugal.

Somos Portugal!

Somos livres!

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023

O Deputado

Paulo Estêvão